

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Flávia Barbosa Dutra: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Annie Gomes Redig: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eixo Temático 13: Formação de Professores em Educação Especial

Indicação de Categoria: Comunicação Oral

Resumo: Diante da realidade atual, onde a pessoa com deficiência, cada vez mais frequenta todos os ambientes de nossa sociedade, incluindo as escolas, se faz necessário que os profissionais de Educação saibam trabalhar com a diversidade atual encontrada. Nessa direção, o presente artigo, discute a formação de professores de duas escolas por meio de um curso de capacitação, baseado em estudos, palestras e discussões sobre o tema relacionado à inclusão escolar. A metodologia utilizada – pesquisa ação - permitiu que a formação em serviço fosse pautada nas demandas dos professores e de questionamentos muito significativos. A proposta final foi a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI). Os professores/alunos participantes do curso colocaram a importância dessa formação, principalmente no esclarecimento de dúvidas, na quebra de paradigmas e construção de novos pensamentos e ideais, mostrando que a inclusão escolar de sujeitos com deficiência e dificuldades de aprendizagem é possível, além de destacar a importância da elaboração e aplicação do PEI para a formação acadêmica do aluno com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Formação de professores; alunos com necessidades educativas especiais; inclusão escolar.

Introdução

A educação brasileira prevê dois tipos de professores para atuar no magistério com alunos com deficiência: os capacitados e os especializados. Segundo a Resolução n. CNE/CEB 02/2001 (BRASIL, 2001), que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esses docentes têm atribuições diferenciadas. Para receber os alunos em classes comuns, devem ser capacitados; para assumir as atividades de atendimento educacional especializado (AEE), devem ser especializados. Assim sendo, os professores capacitados devem desenvolver competências e valores para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (BRASIL, 2001).

Já os professores especializados são aqueles que:

§ 2º [...] desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001)

O atendimento educacional especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, atender esse estudante no turno oposto àquele em que frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno (SARTORETTO; SARTORETTO, 2010).

Diante da realidade atual, onde a pessoa com deficiência, cada vez mais frequenta todos os ambientes de nossa sociedade, incluindo as escolas, se faz necessário que os profissionais de Educação saibam trabalhar com a diversidade atual encontrada. Sendo assim, sua atuação é de fundamental importância para o atendimento e desenvolvimento da pessoa com deficiência na sociedade, percebendo e valorizando este ambiente de diversidade em que a educação se encontra.

Nessa direção, o presente artigo, pretende discutir a formação de professores de duas escolas – uma da rede pública federal e outra da rede

privada do município do Rio de Janeiro –, por meio de um curso de capacitação, baseado em estudos, palestras e discussões sobre o tema relacionado à inclusão escolar.

Sendo assim, a formação de professores, para atuar em uma perspectiva inclusiva, é importante, pois dados nos chamam atenção sobre o aumento de matrícula de alunos com deficiência tanto na rede pública quanto na rede particular (MEC, 2014). Cada ano que passa, recebemos mais alunos com deficiência em nossas escolas, tornando assim de grande importância a reflexão acerca da formação continuada dos professores, que trabalharão diretamente com estes alunos.

Kassar (2014) destaca que não podemos nos esquecer de que a formação do professor em Educação Especial e Inclusiva é de fundamental importância e que o campo da Educação Especial posiciona-se, atualmente, diante de alguns desafios, no que concerne à formação de docentes. É necessário que busquemos alternativas imediatas para investir nesta formação que ainda é muito incipiente acerca da diversidade e inclusão.

Formação continuada de professores: parceria Universidade e Escola

Os paradigmas de nosso século apontam para ilimitadas transformações na cadeia produtiva, nas relações sociais, políticas e educacionais, na economia mundial e nos avanços tecnológicos. Essas mudanças representam uma ampla transformação no inter-relacionamento das pessoas e dos meios estruturantes da sociedade (FRASSON; PIETROCHINSKI; SCHLMEISTER, 2008).

As indagações que se fazem presentes centram-se na perspectiva de que, apesar de terem sido criadas leis que objetivam a garantia de direitos a todas as pessoas, nas áreas educacional, social, da saúde e do trabalho, algumas classes sociais ainda não têm real acesso ao poder legítimo dessas instâncias. Entre os segmentos da sociedade encontram-se as pessoas com deficiência (FRASSON; PIETROCHINSKI; SCHLMEISTER, 2008).

Desde os primórdios da civilização, essa parcela da população, traz em sua história de vida um emaranhado de situações no que diz respeito aos

aspectos sociais, educacionais e culturais. Cercados de preconceitos, visto serem considerados pela sociedade como incapazes, foram colocados em situação de desvantagem, ocupando no imaginário coletivo a posição de alvo de caridade, de assistência social, e não de sujeitos com direitos e deveres de cidadãos (FRASSON; PIETROCHINSKI; SCHLMEISTER, 2008).

Atualmente o paradigma vem em constante reconstrução desses resquícios históricos, mas a realidade é que a pessoa com deficiência busca seu espaço a cada novo dia. A reviravolta da inclusão exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes – iguais / diferentes, normais / deficientes. Em nível pessoal, implica em que busquemos articulação, flexibilidade, interdependência entre essas dicotomias conflitantes nos nossos pensamentos, ações, sentimentos (MANTOAN, 2010).

Levando em consideração as recentes políticas de inclusão escolar no Brasil, há a pretensão de que todos os sujeitos com deficiência tenham acesso à escola comum. Diversos documentos nacionais fomentam essa concepção (BRASIL, 2008, 2009, 2011). Assim sendo, nessa pesquisa, objetivamos capacitar o professor para que a inclusão aconteça de forma efetiva e segura, trazendo para esses alunos uma forma de aprendizado prazerosa e eficaz.

Pensando no exposto anterior, a pesquisa se justifica pela relevância de seu desenvolvimento na formação profissional e contribuição na área de Educação Inclusiva, através da produção científica resultante do trabalho desenvolvido. Outro fator de destaque é o diálogo estabelecido entre escola e Universidade, pois através dessa parceria, fomentamos o desenvolvimento da pesquisa dentro da Instituição em consonância com nossos alunos, que serão os futuros profissionais e, é claro, os profissionais atuais.

Pontuando que o artigo IV da Convenção de Guatemala (1999) visa colaborar de forma efetiva para a pesquisa científica e tecnológica relacionada com a prevenção das deficiências, o tratamento, a reabilitação e a inclusão na sociedade de pessoas com deficiência; bem como o desenvolvimento de meios e recursos destinados a facilitar ou promover a vida independente, a autossuficiência e a integração total, em condições de igualdade, à sociedade das pessoas com deficiência.

A Organização Mundial da Saúde (ONU), através da Conferência Mundial da Saúde realizada em Salamanca-Espanha no ano de 1994, declara que a sociedade deve adaptar-se para receber em igualdade de condições todos os cidadãos. Ao nos reportarmos à pessoa com deficiência, entende-se que a educação e por consequência a sociedade como um todo deve modificar as suas atitudes para que possa haver a inclusão social que é almejada por todos (FRASSON; PIETROCHINSKI; SCHLMEISTER, 2008).

Metodologia

No presente trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa, que segundo Lakatos e Marconi (1996), tem como premissa analisar e interpretar a complexidade do comportamento humano, com ênfase nos processos e nos significados. Esta pesquisa qualitativa está pautada nos pressupostos da pesquisa-ação educacional, onde há uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos (TRIPP, 2005).

Participaram da pesquisa, 80 professores de duas escolas – uma da rede federal e outra da rede privada do município do Rio de Janeiro. O curso de formação foi elaborado de acordo com as demandas das duas instituições e ocorreu no segundo semestre de 2015 – setembro a dezembro –, com encontros quinzenais, com a duração de três horas por dia. A capacitação ocorreu por inscrição voluntária dos docentes e fora do horário de expediente da escola.

Assim, antes do início do curso, fizemos algumas reuniões com a equipe pedagógica das escolas, sondando a demanda das mesmas: Quais os assuntos que os professores mais precisavam em relação a essa temática? Que alunos com deficiências ou necessidades educativas especiais estavam matriculados nas escolas? Baseadas nestas informações, traçamos os assuntos a serem trabalhados no curso e para tanto, utilizamos leituras (artigos, dissertações, teses e livros) e equipamentos (tecnologias assistivas de baixo e alto custo) que subsidiaram essa prática.

A metodologia dos encontros era baseada em palestras dialógicas, no qual, os docentes / alunos participavam com dúvidas e exemplos do seu cotidiano de sala de aula. Outro recurso utilizado foi um questionário, aplicado no primeiro e no último dia de curso, sobre seus conhecimentos acerca da Educação Especial e Inclusiva.

Os questionários foram entregues a todos os professores no primeiro dia do curso, logo no início, para que os mesmos pudessem preencher com tranquilidade. Nele continham questões voltadas para experiência profissional, expectativas sobre o curso e estratégias pedagógicas. No último dia do curso, o questionário foi reaplicado com o objetivo de observar as possíveis mudanças. A identidade dos professores foi preservada para que os mesmos preenchessem os questionários com maior fidedignidade possível.

Após a coleta dos dados através dos questionários, iniciamos a etapa de organização dos mesmos. Os dados coletados foram organizados em arquivos digitais para que as análises e processamentos necessários pudessem ser efetuados. Dessa forma, os dados foram transcritos para planilhas do aplicativo Microsoft Excel 2008 e analisados através da técnica da Análise do Conteúdo (BARDIN, 2011), pela categorização das respostas.

Formação docente: saberes em construção

Para que os docentes tanto os especialistas quanto os generalistas (os que estão nas turmas comuns) atuem de forma a garantir um processo de ensino-aprendizagem satisfatório e adequado para os alunos com necessidades educativas especiais, matriculados em turmas comuns, é necessário que haja uma formação em serviço, com o objetivo de capacitar esses profissionais para lecionar para diversos alunos com diferentes deficiências e necessidades. Pensar na complexidade da formação desses professores é um desafio, pois atualmente é fundamental abarcar a heterogeneidade existente na sociedade, ou seja, não basta ensinar para uma turma olhando para o seu todo, é imprescindível entender a singularidade da sala de aula e as diferentes formas de aprender dos alunos. Para Dal-Forno, Duek e Silva (2014, p.50)

convém chamar a atenção para o paradoxo que se instala, pois ao mesmo tempo em que se observa uma instituição que reflete aspectos de profunda homogeneização e normalização, também se assiste a um intenso movimento em defesa da diferença como característica intrínseca ao ser humano, militante do direito à diversidade.

E é nesse conflito de ideais e ações que o nosso curso estava inserido, tentando levantar reflexões sobre a teoria e prática, além da possibilidade da construção de estratégias pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, é importante reforçar para a necessidade da formação continuada e/ou em serviço, tentar contemplar a grande demanda que esses profissionais atendem.

A metodologia utilizada, baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, permitiu que a formação em serviço fosse pautada nas demandas dos professores e de questionamentos como: Que alunos, queremos formar? Que escola, estamos construindo? Como é a minha prática pedagógica? Quais as estratégias, podemos construir para que todos os alunos possam aprender?

Portanto, para tal, foram realizados sete encontros com profissionais de diferentes instituições, de acordo com suas especialidades: 1) Introdução em Educação Inclusiva; 2) Flexibilização curricular e Plano de Ensino Individualizado; 3) Autismo; 4) Tecnologias Assistivas e Paralisia Cerebral; 5) Dificuldades de Aprendizagem; 6) Estudos de Caso e Plano de Ensino Individualizado; 7) Apresentação dos trabalhos.

Em um curso constituído por docentes que lecionam desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e Técnico (público do curso de formação em serviço), foi necessário enfatizar o trabalho cooperativo entre os diversos profissionais da escola. Foi fundamental chamar atenção para o trabalho colaborativo, visto que, a aprendizagem acontece em redes de conhecimento, ou seja, um professor de física, por exemplo, utilizará conhecimentos construídos nas aulas de matemática, entre outros.

Então, pensar de forma colaborativa auxilia na elaboração de práticas inclusivas para todos os alunos da turma. Outro fator importante para a formação de docentes é a desmistificação de que o conhecimento e as estratégias de ensino estão prontos e que a partir das aulas do curso, os

professores sairão com a “receita” de como ensinar alunos com necessidades educativas especiais. A ideia central é a construção em conjunto de metodologias eficazes, baseadas na realidade dessas escolas.

É fato que os professores, de um modo geral, foram habituados a olhar para o seu trabalho de maneira fragmentada o que gera expectativas acerca de uma capacitação que lhes antecipe questões relativas sobre “o que” e “como” fazer para ensinar o aluno com necessidades educacionais especiais em classe regular. Tal concepção reside na crença de que haveria um saber que, vindo de “fora”, viabilizaria as condições e a sua autonomia para atuar, resultando na tão preconizada inclusão. (DAL-FORNO, DUEK, SILVA, 2014, p.53)

Resultados

Durante o curso, os docentes puderam dialogar sobre as suas práticas e dificuldades, através de um pensar coletivo e visões diferenciadas, foi possível à construção de estratégias pedagógicas que contemplassem a realidade e diversidade das salas de aula. As discussões traçadas entre professor/palestrante e professor/aluno foram ricas em contribuições a favor de aprimorar as práticas dos docentes, além de estabelecer uma relação em que o que ensina aprende e o que aprende ensina, mutuamente.

Então, ao perguntarmos aos professores se após o curso eles se sentiam mais preparados para desenvolver trabalhos pedagógicos com alunos com necessidades educativas especiais, os mesmos responderam de forma positiva, destacando a importância da troca de conhecimentos e experiências, como ilustram os discursos a seguir:

“Sinto-me mais alerta para a observação das particularidades”. (relato de um professor da rede pública federal de ensino)

“Sinto-me menos insegura, porém acredito que precisamos sempre estudar sobre o assunto”. (relato de um professor da rede privada de ensino)

“Sinto-me mais desafiada a procurar mais sobre o assunto”. (relato de um professor da rede pública federal de ensino)

“Aprendi métodos nos quais posso utilizar em sala”. (relato de um professor da rede privada de ensino)

Refletir sobre o currículo escolar, quem ensina para quem e para o quê, favoreceu a compreensão de um ensino diversificado e complexo para o desenvolvimento de pessoas para uma sociedade mais igualitária. Pensar em um currículo mais flexível para além do vestibular, que ultrapasse as barreiras da escola e avance para a vida adulta e formação de um pensamento crítico, foi essencial para a realização do curso, como podemos perceber com o relato:

“É preciso que as Instituições de ensino percebam a importância da mudança. Mas acho que ainda há um longo caminho a ser percorrido”. (relato de um professor da rede privada de ensino)

“Precisamos de métodos e práticas que alcancem nossos alunos”. (relato de um professor da rede pública federal de ensino)

A proposta final desse curso foi a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI) baseado em algum estudante da escola. Para tal, os professores/alunos foram divididos em grupos e o PEI foi pensado a partir de um olhar multidisciplinar. Glat, Vianna e Redig (2012, p.84) conceituam o PEI como:

[...] planejamento individualizado, periodicamente avaliado e revisado, que considera o aluno em patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazos.

Mascaro e Redig (2016) acrescentam que a construção do PEI deve ser feita em conjunto com todos os profissionais que atuam com o aluno com necessidades educativas especiais, como os professores das diferentes disciplinas e o da Educação Especial, bem como os demais profissionais da saúde (se tiver algum acompanhamento), família e o próprio aluno, dependendo da idade.

Por isso, é importante enfatizar a parceria da escola com a família, a fim de conhecer o educando, a sua realidade e estabelecer metas e cooperação para as atividades serem realizadas na escola e em casa. Sameshima, Rodrigues e Deliberato (2014, p.165) apontam – mesmo se referindo à implementação de sistemas de Comunicação Suplementar e Alternativa, a

reflexão dessas autoras, a nosso ver, também se enquadra na implantação do PEI –, que “em relação ao trabalho com a família, é fundamental compreender o papel do aluno nessa estrutura sistêmica e propiciar mudanças que favoreçam uma participação ativa e significativa”.

Então, os professores/alunos se reuniram e elaboraram um PEI para um aluno da escola, baseado em seu histórico escolar. Sendo assim, foi possível repensar as práticas, o ensino e o currículo desses estudantes, propondo metas a partir das suas necessidades e competências. Portanto, o PEI permitiu olhar para esse sujeito por outro prisma, focando nas suas potencialidades e interesses:

“Precisamos iniciar o PEI na escola”. (relato de um professor da rede pública federal de ensino)

“O uso do PEI é e será fundamental”. (relato de um professor da rede privada de ensino)

Os professores/alunos participantes do curso colocaram a importância dessa formação, principalmente no esclarecimento de dúvidas, na quebra de paradigmas e construção de novos pensamentos e ideais, mostrando que a inclusão escolar de sujeitos com deficiência e dificuldades de aprendizagem é possível.

A formação deve-se voltar para aspectos do próprio trabalho docente e do contexto em que este profissional atua, possibilitando um espaço de interlocução em que possa dialogar com seus pares sobre suas opções teórico-metodológicas, explicitar e discutir os significados diversos que elabora sobre o seu trabalho, além dos problemas e dificuldades que enfrenta no cotidiano da prática educativa. (DAL-FORNO, DUEK, SILVA, 2014, p.54)

Conclusão

Pensar na escola nos dias atuais, nos faz refletir e almejar uma mudança, em prol do atendimento a todos os alunos, priorizando a diversidade

encontrada em nossas salas de aula. O plano educacional individualizado discutido e trabalhado em nossa formação foi um despertar para esse novo olhar acerca da diversidade, onde mudanças na prática docente são necessárias, urgentes e possíveis.

Vale destacar que a metodologia utilizada no curso, pesquisa-ação, foi fundamental para o progresso da/na formação dos docentes, pois percebemos que os assuntos eram de interesse dos professores/alunos. O planejamento do curso de capacitação em serviço é importante que seja a partir da demanda do público-alvo, porque, os professores/alunos conseguirão ver em sua prática pedagógica e no cotidiano da sala de aula, a aplicabilidade dos conteúdos trabalhados durante o curso. Dessa forma, o aprendizado se tornará mais significativo e a construção de conhecimento acontecerá de forma a relacionar a teoria com a prática. Esse fator é necessário para que os conhecimentos adquiridos na formação em serviço não sejam desconectados com a realidade do docente e conseqüentemente “descartados” da prática pedagógica utilizada pelos professores/alunos.

Através dos discursos dos professores que frequentaram o curso de formação continuada e em serviço, podemos afirmar que o mesmo foi um passo inicial, trazendo um pouco mais de discussões acerca do assunto e proporcionando assim uma reflexão na prática pedagógica, para que a inclusão escolar e a educação na diversidade se efetivem de fato em seu ambiente de trabalho.

Para tal, se faz necessário que todos os envolvidos neste processo educacional, e em nosso caso, especialmente os professores, reflitam, planejem e acima de tudo reestruem suas práticas pedagógicas, lembrando que os caminhos são diversos e reais, priorizando a inclusão através de um olhar individualizado para as necessidades e potencialidades de cada aluno.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, janeiro de 2008.

_____. *Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. (Resolução N.04). Brasília, 2009.

_____. *Decreto 7.611*. Brasília, 2011.

DAL-FORNO, J. P.; DUEK, V. P.; SILVA, S. T. da.. Desafios impostos pela diversidade à escola e à prática dos docentes. In: MARQUEZINE, M. C.; BUSTO, R. M.; MANZINI, E. J. (Orgs.). *Formação de recursos humanos e atendimento da família em educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. p. 49-62.

FRASSON, A. C.; PIETROCHINSKI, A. R.; SCHULMEISTER, C. *Auditory Deficient People: his educative and social inclusion by Norbert Elias*. In: Simposio Internacional Proceso Civilizador, 11. 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires:, 2008. p. 182-191.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012.

KASSAR, M. C. M.. *A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências* Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, maio-ago. 2014 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MANTOAN, M. T. E.. *O direito de Ser, sendo Diferente, na Escola: por uma escola das diferenças*. Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE UFC / SEESP / UAB / MEC, 2010.

MASCARO, C. A. A. de; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado para alunos com deficiência intelectual. In: *I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva e 13ª Jornada de Educação Especial*. São Paulo: Marília, 2016. p. 1-5.

MEC, *Censo escolar revela aumento no número de matrículas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20264>. Acesso em 04 de abril de 2014.

SAMESHIMA, F. S.; RODRIGUES, I. B.; DELIBERATO, D.. A parceria entre especialistas, professor e família no processo de implementação da Comunicação Alternativa: uma condição necessária. In: MARQUEZINE, M. C.; BUSTO, R. M.; MANZINI, E. J. (Orgs.). *Formação de recursos humanos e atendimento da família em educação especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. p. 151-168.

SARTORETTO, R.; SARTORETTO, M. L. *Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam*. Fonte: Assistiva. Tecnologia e Educação, 2010. Disponível em www.assistiva.com.br.

TRIPP, D. *Pesquisa ação: uma introdução metodológica*. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005